



SIPPEB

Assunto: Balanço do 1º período.

Conforme o solicitado referente ao assunto supra, a nossa opinião é a seguinte:

Os docentes têm demonstrado receio e medo devido à falta de condições sanitárias que existem nas escolas, principalmente no que diz respeito ao distanciamento físico dentro das salas de aula, que foi impossível ser respeitado.

Por parte do Ministério da Educação não foi garantida a transparência sobre a situação epidemiológica nas escolas.

Na generalidade não foi feito o rastreio às comunidades escolares.

As medidas aplicadas variaram de concelho para concelho não obedecendo a um critério uniforme nos Agrupamentos de Escolas.

Outra das preocupações verificou-se quando existiram no meio escolar pessoas infetadas que eram logo colocadas em isolamento profilático e as que partilharam os mesmos espaços continuaram a frequentar a escola sem realizar qualquer teste.

Verificaram-se casos de professores titulares de turma que estiveram ao serviço sem fazer qualquer teste, enquanto a turma que lecionavam ficou de quarentena.

Alunos sem aulas por falta de professores.

A injustiça de fazer regressar às escolas os professores de risco após 30 dias.

As desigualdades que provocaram em termos de currículos e aprendizagens, para os alunos que ficaram em quarentena e para os que tiveram falta de professores.

Os professores, mesmo com todas estas anomalias, foram uns verdadeiros heróis mostrando a sua dedicação e profissionalismo. Contudo e para que os riscos sejam menores solicitam a realização de testes periódicos à população escolar, no início do 2º período, uma vez que a nova variante do vírus está a chegar e se propaga com mais rapidez.

O sistema nacional de saúde apresenta um défice de médicos e já não possui vagas para os doentes de covid, num número considerável de hospitais.

No início da pandemia, foi desvalorizado o uso da máscara na rua perante um “inimigo desconhecido”, mas hoje é recomendado sem obrigatoriedade o que leva as pessoas inconscientes a não a usarem.

O distanciamento social não se verifica também nos passeios o que obriga os mais conscientes a desviarem-se para as faixas de rodagem, correndo o perigo de serem atropelados, daqui a necessidade do uso de máscara na rua nos tempos que atravessamos.

Está visto que só as recomendações não funcionam.

A obrigatoriedade do uso da máscara, com consequências para os prevaricadores, será adequado para prevenir o avanço desta grande e perigosa pandemia.

Todos os eventos com ajuntamentos devem ser proibidos e aqueles a que a Lei obriga à sua realização devem ser protelados para outras datas.

Finalmente, o Ministério da Educação não pode só olhar para a pandemia, também tem de olhar para as reivindicações dos docentes no que diz respeito principalmente à aposentação, à pré-reforma, à recuperação integral do tempo de serviço, à eliminação do regime de vagas para a progressão aos 5º e 7º escalões e à luta contra a municipalização da educação.

A Direção